

Aprovada na 943ª sessão

ALADI/CR/Ata 942  
31 de agosto de 2006  
Horário: 10h10m às 11h40m

### ATA DA 942ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

#### Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
    - Incorporação do senhor Embaixador Mario José Ávila Romero, Representante da República de El Salvador, país Observador.
  2. Assuntos em Pauta.
  3. Consideração da ata correspondente à 941a. sessão.
  4. Relatório sobre as atividades desenvolvidas pela Secretaria-Geral no setor energético.
  5. Atividades pendentes do Orçamento por Programas para o ano 2006.
  6. Assuntos diversos.
    - Representação do Peru informa o retorno de seu país ao G20 e a ampliação do ACE 38 entre o Peru e o Chile.
    - Representação do México solicita que o Seminário de Serviços seja analisado no Comitê.
    - Relatório das viagens do Secretário-Geral.
-

Preside:

PERLA CARVALHO SOTO

Assistem: Juan Carlos Olima, Ricardo Hartstein e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Marcelo Janko Álvarez e María Teresa Menacho Ríos (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, Roberto Goidanich e Elói Ritter Filho (Brasil), Oscar Quina Truffa e Hernán Enrique Núñez Montenegro (Chile), Claudia Turbay Quintero e Alfonso Soria Mendoza (Colômbia), Marielena Ruíz Capote (Cuba),; Leonardo Carrión Eguiguren e Vladimir Jarrín (Equador), Perla Carvalho e Dora Rodríguez Romero (México), Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi e María Inés Benítez Riera (Paraguai), William Belevan Mc Bride e Eric Anderson Machado (Peru), Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti e Jorge Luis Jure (Uruguai), Luisa López Moreno, Ramón José París García e Julio Ramón Chirino (Venezuela), Elvira Barrios (Panamá).

Secretário-Geral: Didier Operti Badán.

Subsecretários: José Rivera Banuet e Isaac Maidana Quisbert.

---

PRESIDENTA. Bom dia. Damos início à 942ª sessão do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

...Como primeiro ponto da Ordem do Dia submeto à consideração dos senhores a aprovação desta agenda. Não havendo observações, aprova-se.

- Incorporação do senhor Embaixador Mario José Ávila Romero, Representante da República de El Salvador, país Observador

... Passaria ao tema de incorporação do senhor Embaixador Mario José Ávila Romero, Representante da República de El Salvador, como país Observador.

Tenho a honra de dar as boas-vindas em nome do Comitê de Representantes ao Excelentíssimo Senhor Embaixador Mario José Ávila Romero, que hoje se incorpora como Observador a nossa Associação.

O Embaixador Ávila tem amplíssima experiência em matéria de comercialização de bens e de serviços. Destacou-se em diversos cargos em nível de direção em empresas importantes de seu país e do estrangeiro.

Sua vinculação com o setor privado certamente será uma importante contribuição para nossa Associação, particularmente nas atividades que realiza o Grupo de Trabalho sobre Forças Produtivas. Trataremos de aproveitar também sua experiência, senhor Embaixador, na conformação da agenda do Conselho Assessor Empresarial de nossa Organização.

Na área diplomática o Embaixador Ávila representou seu país como Embaixador na República do Chile durante o último quinquênio e desde abril de 2005 é Embaixador junto à República Oriental do Uruguai.

Damos as mais cordiais boas-vindas ao senhor Embaixador, e pode contar com o apoio deste Comitê, do meu e da minha Delegação.

Tem a palavra nosso Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhora Presidenta.

Adiro às palavras da senhora Presidenta. Ratifico totalmente os termos de boas-vindas, também o oferecimento de cooperação no tocante à Secretaria e naturalmente o desejo renovado de continuar conhecendo mais sobre os países latino-americanos, todos eles unidos em temas que em muitos aspectos são comuns a todos nós.

Ao mesmo tempo desejo manifestar que aspiraríamos a que a condição de Observador habilitasse o senhor Representante, assim como os demais Observadores, a manter os olhos bem abertos para saber o que aqui está acontecendo. Aproveito para manifestar que a Secretaria dentro das estratégias de comunicação, tem por objetivo uma aproximação dos Observadores, como órgão, para identificar os níveis de interesse recíproco que essa qualidade que os investe, os habilita a exercer na ALADI. Seja bem-vindo, senhor Embaixador de El Salvador, Maria José Ávila.

PRESIDENTA. Obrigado, senhor Secretário-Geral. Tem a palavra o Embaixador Ávila.

REPÚBLICA DE EL SALVADOR (José Mario Ávila Romero). Prezada senhora, Presidenta do Comitê de Representantes, prezado senhor Secretário-Geral, senhores Embaixadores, senhores Subsecretários, senhores funcionários da Secretaria—Geral, amigos todos: É motivo de muita satisfação representar meu país na minha qualidade de Embaixador de El Salvador junto à República Oriental do Uruguai e concorrente com a irmã República do Paraguai, na incorporação de El Salvador, nesta sede que hoje me recebe como membro Observador da ALADI.

Embora sejamos um país Observador, desejaria expressar que El Salvador, como sede da Secretaria de Integração Centro-Americana SICA, é um país crente e ativo nos processos de integração como os que se estão realizando na região centro-americana, citando a integração aduaneira, convênio de Vistos Únicos e o Plano Puebla – Panamá que são alguns exemplos que se estão realizando, para que América Central se transforme em um único país. Processos de integração que, com o tempo, poderiam transformar a América Latina em uma região sem fronteiras, aos quais a ALADI acompanharia como fiel bastião deles.

No pessoal, podem contar com meu apoio e esforço para que, em um futuro próximo, tanto El Salvador como todos os países irmãos centro-americanos, estejamos participando como representantes da ALADI. Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTA. Muito obrigado, senhor Embaixador. Convido-o a aproximar-se da área de países Observadores.

## 2. Assuntos diversos.

...Vamos continuar com nossa agenda, com o ponto 2, Assuntos em Pauta. Tem a palavra a Secretaria.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhora Presidenta.

Conforme a prática estabelecida, solicitaria à Secretaria que informasse a esse respeito.

SECRETARIA (Sofia Camacho). Bom dia.

"1. Representação Permanente do Peru. Nota N° 7-5-Z/35, de 16/08/2006.

Comunica que o Embaixador Gustavo Teixeira Giraldo, Assessor para Assuntos do MERCOSUL, cessou em suas funções nessa Representação.

2. Embaixada da Itália. Nota No. 905, de 28/08/2006.

Envia ao Secretário-Geral nota do Ministério de Assuntos Exteriores acreditando o Embaixador Guido Scalici como Observador junto ao Comitê de Representantes.

3. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 173, de 21/08/2006.

Comunica incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro do Trigésimo Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 14.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2308.

4. Representação Permanente da Colômbia. Nota N° MPC 095, de 11/08/2006.

Comunica a internalização do Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N°. 59.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2299.

5. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 490, de 28/08/2006.

Comunica que o Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 59 foi incorporado ao ordenamento jurídico uruguaio.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2310.

6. Contribuições ao orçamento da Associação.

Cuba: US\$ 13.310,19, como parte da contribuição correspondente ao ano 2006.

7. ALADI: Perspectivas para 2006 (ALADI/SEC/di 2007).

8. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Acompanhamento do Programa de Apoio aos PMDER (ALADI/CR/di 2311)."

...Corresponde destacar dentro de Assuntos em Pauta que na pasta dos senhores Representantes há uma nota da Representação Permanente do Peru comunicando que o Embaixador Gustavo Teixeira Giraldo, Assessor para Assuntos do MERCOSUL, concluiu suas funções nessa Representação.

A Embaixada da Itália envia uma nota ao Secretário-Geral comunicando a acreditação do Embaixador Guido Scalici como Observador junto ao Comitê de Representantes.

Corresponde salientar também as contribuições recebidas para o Orçamento da Associação por parte de Cuba pela quantia de US\$ 13.310,19 como parte de sua contribuição correspondente ao ano 2006. Após a distribuição do documento de Assuntos em Pauta, a Secretaria distribuiu o documento ALADI/SEC/Proposta 264, com a política de Recursos Humanos da Secretaria. Isso é tudo, senhor Secretário-Geral. Obrigado.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado.

Obrigado, senhora Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigado à Secretaria-Geral.

3. Consideração da ata correspondente à 941a. sessão

...No ponto 3, submeteria à consideração dos senhores a ata correspondente à sessão 941<sup>a</sup> do Comitê. Não havendo observações sobre esta ata, aprova-se.

4. Relatório sobre as atividades desenvolvidas pela Secretaria-Geral no setor energético

...Passaríamos ao ponto 4 de nossa agenda que é um relatório sobre as atividades desenvolvidas pela Secretaria-Geral no setor energético.

Desejo lembrar-lhes que este tema foi colocado na Ordem do Dia atendendo o pedido do senhor Representante Permanente da Argentina na sessão do dia 3 deste mês.

Tem a palavra a Secretaria-Geral para informar-nos.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhora Presidenta.

Efetivamente, como acaba de manifestar o senhor, a inclusão deste tema corresponde ao pedido expresso da Representação da Argentina e nesse sentido, permito-me dar a palavra ao senhor Licenciado José Rivera, responsável específico por este tema.

SUBSECRETARIA (José Rivera Banuet). Muito obrigado, senhor Secretário-Geral. Desejaria referir-me ao tema do tratamento energético por parte da Secretaria, partindo do parágrafo 18 da Resolução 59 (XIII) onde se encomenda à Secretaria potencializar os intercâmbios de informação, a cooperação e a promoção de ações juntamente com outros organismos especializados nos tema de integração física, que inclui o tema de energia.

A esse respeito, a Secretaria-Geral esteve em contato com outros Organismos especializados da América Latina e do Caribe para contribuir ao desenvolvimento do tema da integração energética regional como um dos temas relevantes na matéria, objeto de atenção prioritária por nossos países.

O tema da energia na ALADI vem sendo tratado desde 1990 quando nela são depositados diversos acordos em matéria de energia, sendo atualmente perto de 20, que abrangem os temas de integração elétrica, gasífera, petrolífera e energética em geral.

Um destes Acordos foi depositado este ano na Secretaria, o Acordo Quadro sobre Complementação Energética Regional entre os Estados Parte do MERCOSUL e os Estados Associados, assinado em 6 de dezembro de 2005, referente a realizar esforços de cooperação energética, aberto ao resto dos países da América Latina que contém importantes eixos temáticos e refere-se, de maneira particular, à solução de

controvérsias, matéria que preocupa os Estados, no tocante ao desenvolvimento das atividades energéticas.

A Secretaria vinculou-se, em diferentes reuniões, inclusive na própria ALADI houve uma apresentação com ARPEL, CIER, OLADE y CEPAL, para discutir as diferentes atividades e temas que estão se desenvolvendo pelo conjunto destes organismos.

O tema da energia está presente em todas as agendas governamentais, vinculadas com as perspectivas futuras de nossos países e, constantemente, estão surgindo iniciativas sobre esta matéria, por mencionar uma delas, quando da incorporação do Embaixador de El Salvador como Observador, referindo-se ao Plano Puebla-Panamá, que contém um projeto energético entre o México, a Colômbia e os países centro-americanos, conhecido como a iniciativa "Meso-americana" em matéria energética. Há um programa de integração em curso entre o Peru, a Bolívia e o México, estão as iniciativas gasíferas no sul entre a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai; e o gasoduto que interconectaria à Venezuela com a Argentina e com o Brasil, além de inúmeros projetos adicionais e iniciativas.

Por outro lado, há interconexões gasíferas e elétricas em operação, muitas delas com muito pouca utilização dentro de todo o conjunto de relações energéticas que responde e conformaria o que seria um esquema de integração energética regional.

Existem três elementos que apoiariam esta integração, denominados as três R, e para que ela se tornasse realidade deveria basear-se em três recursos: energéticos, redes e regras.

No referente às regras a ALADI teria um papel importante a desempenhar. Na medida em que existam instrumentos jurídicos, marco regulador, seguridades jurídicas quanto aos compromissos energéticos, a integração poderá avançar poderá manter-se, pelo contrário, se não existem regras, compromissos formais e vinculantes entre os Estados, é possível que não prospere o esquema no qual se produz esta integração, porque haveria insegurança, incertidão quanto ao desenvolvimento e realização destes projetos. Portanto, a ALADI, por suas atribuições, ocupa um papel importante em matéria de integração energética regional.

Há uma série de Acordos, decisões e âmbitos de cooperação acordados pelos países andinos, no MERCOSUL e nos países centro-americanos que sustentam, atualmente, diversas atividades energéticas de interação. Não obstante, o caminho a percorrer é ainda muito amplo. Há muitas iniciativas fora dos Acordos formais que requereriam, precisamente, dos marcos jurídicos correspondentes para ser duradouras e predecíveis e operacionais.

Isto também estaria relacionado com o tema dos investimentos. Há uma série de desafios energéticos que enfrenta a região, dentre os quais está, precisamente, fazer frente a investimentos de grande porte que, se não têm um marco jurídico com regras claras do jogo é muito difícil que possam ser promovidos.

Há outros temas preocupantes para os países como a segurança energética, as reformas energéticas, a utilização das energias renováveis e a eficiência energética, a estabilidade dos preços e, finalmente, a integração energética regional.

Há interesse dos organismos regionais, refletido em diversas reuniões no decorrer deste ano, no sentido de aproximar-se e trabalhar mais de perto com os países na

definição da integração energética regional, já que realmente não há uma agenda estruturada para tratar o tema. Isto é, existem muitas agendas, muitas concepções, sobre como encaminhar todos os esforços de integração energética regional.

Existe a necessidade de trabalhar no que se refere à conformação de uma agenda operacional da integração energética regional, tarefa à qual foi convidada a ALADI por meio deste intercâmbio de trabalhos, de aproximações, de inter-relação com os organismos aos quais me referi anteriormente.

Para apoiar esta colaboração interinstitucional no mês de agosto de 2005 foi assinada, na cidade de Quito, uma ata de cooperação entre os organismos, dentro da qual se estabelecem objetivos como desenvolvimento anual de um foro de integração energética regional, que se realizará nos próximos dias, na cidade do México, com a idéia de que este foro se realize periodicamente para permitir escutar e interatuar a todos os agentes econômicos vinculados com o tema da energia.

Nesta Ata de colaboração a ALADI, em sua oportunidade, assumirá a Secretaria Pro Tempore para encaminhar os trabalhos deste grupo de organismos, sobre os quais seriam periodicamente os demais organismos. Está prevista, igualmente, a modificação desta Ata. Para seu aperfeiçoamento está prevista uma discussão nos próximos dias sobre como pode ser dinamizado este esquema de colaboração perante os organismos e também, o próximo desafio seria, precisamente trabalhar nesta visão estratégica e em colaborar no que seria uma agenda operacional que estaria relacionada com nosso trabalho e como será feito, tratando de não duplicar esforços para que estes trabalhos não se dispersem, promovendo inter-relações entre os agentes produtivos, as empresas, as entidades estatais, os Ministérios de Energia, o Ministério de Economia e os Ministérios das Relações Exteriores, mediante os diferentes organismos que tem a ver com este tema. Cabe lembrar, por outro lado, que não temos um departamento dentro da Secretaria dedicado a energia. Estamos tratando este tema com nossa estrutura, em colaboração entre a área jurídica, a área dos Acordos e negociações e a área de infraestrutura física, isto é, estes trabalhos são desenvolvidos no nosso âmbito e com a estrutura orgânica existente na Secretaria.

Esta é a situação na qual nos encontramos, no que se refere ao tratamento deste tema. Muito obrigado.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Subsecretário. Obrigado, senhora Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigado à Secretaria-Geral por este compreensivo relatório. Alguém deseja fazer uso da palavra.

Tem a palavra, em primeiro lugar, o Embaixador da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta.

Em primeiro lugar, para agradecer o relatório da Secretaria solicitado, como bem manifestou a Presidenta. Acreditamos que a energia é um tema central no processo de integração de nossos países e, além disso, é um tema que figurará na agenda de nossas realidades políticas e sociais nos próximos anos.

Considero que seria útil, além deste relatório da Secretaria que, insisto, agradecemos, pensar em um mecanismo de determinado *aggiornamento* sobre este tema. O

Subsecretário mencionou uma série de Acordos celebrados nos últimos tempos, mas estes não são estáticos, têm modificações permanentemente, tem atualizações quanto ao nível de concretização, etcétera, seria bom ter um panorama desse tema, e recolho muito especialmente o manifestado pelo Subsecretário, em sua exposição quando menciona que a ALADI poderia desempenhar um papel no que se refere à parte de normas de todos os temas da integração energética.

Seria bom, em algum momento, sem urgência, porque sabemos que temos muitos temas e prioridades, elaborar uma lista dos temas básicos que deveria conter um ordenamento jurídico básico, para todo o processo energético da região. Creio que seria positivo avançar, não para definir estes temas, mas porque a realidade é que isto deve ser feito rapidamente e creio que não há muito tempo para reflexão conjunta.

Então, se a ALADI elaborasse um papel sobre questões jurídicas sobre as quais deveríamos trabalhar com vistas ao futuro da integração energética, seria uma contribuição positiva para nossos países e, especificamente, para as áreas energéticas.

Portanto, desejo agradecer novamente o relatório da Secretaria e espero continuar trabalhando neste tema, considerado da máxima importância. Obrigada, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Embaixador Olima, por apresentar este tema tão importante e realmente fundamental para nossa região.

O Embaixador Olima nos propõe criar algum mecanismo de atualização, mais ou menos sistemático, para tratar estes temas aqui ou para informar-nos de que maneira pode, eventualmente, a ALADI desempenhar um papel importante na parte de normas e propõe elaborar uma proposta de ordenamento jurídico básico para começar a tratar o tema.

Ofereço a palavra para receber comentários. Tem a palavra o Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Ramón José París García). Obrigado, Presidente. Somente para informar aos senhores Embaixadores de alguns programas da Venezuela que o Subsecretário destacou, de forma muito ampla, temas relacionados com os programas de Petro-Caribe e Petro-América que já foram concretizados mediante a assinatura de Acordos com alguns países, permitindo à Venezuela neste momento exportar, de forma diária, aproximadamente 300.000 barris de petróleo aos países da América Central e da América do Sul em condições financeiras diferentes às que tradicionalmente se negociavam.

No caso da Petro-Caribe tem a ver com o velho projeto do Acordo de São José onde o México e a Venezuela davam aos países da América Central a possibilidade não somente de comprar petróleo a preço de mercado, mas também de pagar em dólares e em moeda nacional e que essa moeda nacional fosse investida em obras de infra-estrutura, permitindo a estes países centro-americanos, em alguns níveis, construir auto-estradas, hospitais, obras de infra-estrutura que ficaram na região.

A visão da Venezuela sobre este processo de integração energética tem a ver um pouco com estar dentro do processo de integração, tendo como uma ferramenta a matéria energética e, que de alguma forma, este intercâmbio comercial permita aos países que compram petróleo ter alguns benefícios relacionados a este novo processo de integração.

Estamos às ordens para informar qualquer detalhe, inclusive à Secretaria-Geral, sobre o alcance destes projetos e sobre o comércio realizado diariamente e em que foi utilizada parte dos recursos financiados para esses países em obras que estão sendo desenvolvidas em cada um dos países, mesmo no Uruguai temos este Acordo e avançamos com o Governo uruguaio em algumas atividades pontuais de desenvolvimento de obras industriais e inclusive de energias alternativas e essa é a idéia, utilizar a riqueza de alguns países da América Latina para o desenvolvimento desta região. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigado à Venezuela. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, senhora Presidenta.

Em primeiro lugar, agradeço o relatório da Secretaria e apoio a iniciativa da Argentina. Consideramos muito transcendente começar a trabalhar e recolher uma espécie de âmbitos jurídicos. Aderimos a isso com grande interesse e podem ser utilizados elementos de base que nos permitam olhar para o futuro e no momento que estejam dadas as condições poder ter algum mecanismo de complementação energética regional, que creio seria de uma perspectiva de futuro e de consolidação da região tremendamente importante, assim como apoiar as iniciativas desenvolvidas pela Venezuela com mecanismos de cooperação, implementado mediante seus Acordos petrolíferos com diferentes países. Consideramos que essa é uma linha de trabalho que devemos estudar e implementar.

Mais uma vez felicito a Representação da Argentina por esta iniciativa. Obrigado, senhora Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Representante do Chile.

Se não há mais comentários o Comitê estaria de acordo em solicitar à Secretaria uma atualização toda vez que surjam acontecimentos importantes no tema para nossa região ou com um determinado ritmo que poderia estudar a própria Secretaria para fazer propostas e refletir sobre algum tipo de documento no qual conste para nossa reflexão as possibilidades de um ordenamento jurídico básico para a região.

Não havendo comentários sobre este tema tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhora Presidenta. Muito brevemente, para manifestar que a Secretaria tem os respectivos relatórios dos quais participou o Subsecretário licenciado Rivera. Naturalmente esta atividade começou no ano passado quando da assinatura do Memorando de Entendimento em Quito com a OLADE, a ARPEL, a CEPAL e o CIER e estamos em condições de registrar esse enunciado que, por outro lado, dispomos dele, ao qual seria acrescentada a solicitação do senhor Representante da Argentina, que consideramos muito interessante e realmente é uma contribuição para a evolução deste tema, como a identificação dos eventuais conteúdos de um instrumento de harmonização, sem emitir juízo final sobre a natureza desse exercício, mas sim levando em conta as questões jurídicas centrais a serem consideradas.

Portanto, a Secretaria se interessará nesse trabalho que consideramos realmente uma preocupação e é de interesse dos Estados sócios. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Secretário-Geral.

5. Atividades pendentes do Orçamento por Programas para o ano 2006.

...Não havendo outros comentários passamos à consideração do ponto 5 de nossa agenda "Atividades pendentes do Orçamento por Programas para o ano 2006".

Desejaria fazer alguns comentários sobre este ponto já que está intimamente relacionado com os mandatos do Conselho de Ministros e da Reunião de Responsáveis pelas Políticas de Integração, realizado em maio passado, para a conformação do nosso Espaço de Livre Comércio.

Como os senhores lembrarão, no mês de maio passado a Presidenta registrou no documento os objetivos sobre os quais, embora todos saibamos que estejamos trabalhando atualmente em vários deles, é importante analisar no Comitê os avanços e projetemos seu cumprimento no que resta do ano, porque temos vários meses por diante.

Em primeiro lugar, gostaria de falar sobre o tema acesso a mercados, sobre o qual foi encomendado ao Grupo de Peritos fixar lineamentos sobre o documento a ser elaborado e sua preparação.

A esse respeito, desejo manifestar que na reunião do Comitê de Representantes, de 17 de agosto passado, aprovamos o documento elaborado pelos Alternos, contendo os termos de referência para a elaboração de um estudo e banco de dados, visando permitir a nossos negociadores empreender o processo de convergência em matéria de acesso a mercados.

Por outro lado, temos os temas de origem, salvaguardas, solução de controvérsias, medidas sanitárias e fitossanitárias, normas técnicas, cooperação e facilitação aduaneira, que estão sendo tratados, como sabemos, no Grupo de Trabalho sobre Normas e Disciplinas.

Para quatro destes temas estão sendo realizados Foros Virtuais, sobre os quais ainda não foi feita uma avaliação de seus avanços, aqui no Comitê, sendo conveniente fazê-lo para procurar a forma de promover seu avanço e tratar de cumprir com nossos tempos para o que resta do ano.

Entendo que para os outros dois temas a Secretaria-Geral elaboraria documentos. Refiro-me ao tema de aperfeiçoamento do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio e sobre Cooperação e Facilitação Aduaneira, sobre os quais não se tem trabalhado muito.

Outrossim, em relação aos PMDERs, o Grupo de trabalho correspondente está trabalhando na proposta do plano de ação e o Grupo de Trabalho sobre as matérias complementares, o Grupo de Trabalho sobre Participação das Forças Produtivas, também está trabalhando sobre algumas propostas.

Desejo lembrar-lhes que em março deste ano o Secretário-Geral nos apresentou uma proposta para a assinatura de um novo convênio pela quantia de aproximadamente US\$ 75.000 dólares. Nessa ocasião acordou-se que o Comitê aprovaria mais adiante o destino desses recursos, em função dos requerimentos que surgissem à luz do resultado da reunião dos funcionários de alto nível.

Do ponto de vista da Presidência acreditamos que este é o momento de tomar decisões sobre como dispor desses recursos. Temos, ainda, vários meses por diante antes

de finalizar este exercício de 2006 e, logicamente, levando em conta os trabalhos que temos pendentes.

A Presidência tinha sugerido na apresentação de sua proposta, a aplicação de parte desses recursos para a contratação de consultorias, a fim de elaborar o estudo sobre acesso a mercados, sobre o qual aprovamos já, como os senhores sabem, os termos de referência e também tinha-se sugerido a realização e estudos sobre as possibilidades e características da aplicação de acumulação de origem e para o aperfeiçoamento do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio.

Portanto, seria procedente analisar estas tarefas, tomar decisões. É necessário lembrar que na agenda os Altos Funcionários marcaram e instruíram-nos para celebrarmos uma nova reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração.

Como lembrarão, eles me solicitaram uma convocatória em um prazo entre 90 e 120 dias, portanto, este seria o momento de tomar uma decisão. De acordo com os registros para o calendário dos trabalhos dos Foros Virtuais em setembro seria conveniente, talvez, fazer uma avaliação sobre os resultados e, à luz deles, tornar possíveis as convocatórias de reuniões de Peritos Governamentais pendentes.

De modo que temos uma agenda ampla neste objetivo de conformar um Espaço de Livre Comércio e devemos adotar várias decisões. Ofereço-lhes a palavra para seus comentários sobre o tema. Não sei se a Secretaria tem algo para acrescentar a meus comentários e tenho já uma lista. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, Presidenta.

Desejaria fazer algumas precisões sobre seus comentários do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas ao qual corresponde a responsabilidade de coordenar à Delegação do Chile.

No referente à falta de uma avaliação, gostaria de precisar que na Ata 941, no ponto 6, pessoalmente fiz um breve relatório sobre o início dos Foros Virtuais, porque apenas nos tínhamos reunido durante uma semana e considerei muito prematuro uma avaliação nesse momento.

Posso informar-lhe que na terça-feira passada, 29, em reunião do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas, com o quorum correspondente dos Representantes Alternos, da Secretaria e do Coordenador fizemos uma avaliação do desenvolvimento de cada um dos Foros Virtuais e dos outros temas que não estão sendo tratados em Foros. Fiz o relatório de forma verbal que está em poder dos Representantes e a Secretaria está preparando, neste momento, uma síntese dos participantes e do desenvolvimento do tema. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Agradeço ao Representante do Chile. Desejo manifestar que a intenção de meu comentário não é, de maneira alguma, destacar a não existência de uma avaliação, mas é necessário, com base na avaliação, tomar decisões. Tenho aqui o calendário dos Foros Virtuais, onde consta que os Foros deveriam haver concluído, no mais tardar, na primeira semana de setembro e com base nisso fiz meu comentário sobre a necessidade de que nossos prazos finalizem e possamos tomar uma decisão o quanto antes para as reuniões de Grupos de Peritos, com vistas a avançar positivamente para nossos objetivos fundamentais.

Portanto, agradeço muito ter-nos dado novamente sua informação, se já constava na ata 941, como nos dizia, mas a intenção era avançar nas decisões para a conformação do Espaço.

Muito obrigado. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta. Queria referir-me especificamente aos temas indicados pela Presidência referentes à aprovação de fundos do Convênio do BID. Creio que para tratar o tema necessitaríamos *aggiornar* a informação no sentido de que desejaríamos saber, porque estamos falando de temas, e estamos falando de consultoria, mas não estamos falando para isso.

Portanto, para poder falar sobre esse tema, considero fundamental ter uma espécie de programa de investimento, para denominá-lo, de alguma maneira, os remanescentes e definir, embora estejam elaborados os termos de referência em alguns casos, seria bom saber que fundos aplicaremos a que coisas, em uma palavra, Presidente, porque até agora não tenho claro esse ponto.

Isso é uma primeira matéria e uma segunda que pareceria não ter relação com o tema, mas está intimamente vinculado, que é a programação das atividades da ALADI, a data em que estamos, a possibilidade de fazer uma nova reunião dos Responsáveis pela área de integração como tínhamos oportunamente refletido, a necessidade de fixar orientações sobre a Reunião do Conselho de Ministros, etc.

Anteriormente, há aproximadamente um mês, Presidente, no ponto Assuntos diversos manifestei que a realidade nos estava indicando que era impossível, no decorrer do ano 2006, fazer uma reunião do Conselho de Ministros da ALADI. Isto em função do tempo necessário para avançar e concluir nossas tarefas, mais os compromissos pré-existentes, que todos conhecemos, da Conferência Ibero-Americana em diante.

Em função disto, Presidenta, gostaria, se os senhores Representantes estiverem de acordo, estabelecer um ponto específico para analisar toda esta temática, atendendo o sugerido em seu momento, que não foi recolhido por ninguém, porque temos a seguinte dificuldade, se não fixamos datas para a próxima reunião do Conselho de Ministros, a experiência indica que a agenda dos Chanceleres está sendo completada com uma série de compromissos e creio que não seria bom para todos que por trabalhar sem a adequada antecipação a próxima reunião do Conselho de Ministros não tivesse o nível de representatividade que esperamos e garanto-lhe, Presidenta, em função das experiências existentes do passado, se não nos dedicamos ao tema com suficiente antecipação e não fixamos a data, proposta com suficiente antecipação a nossas chancelarias, o risco manifestado tornar-se-á real e concreto.

Sintetizando, Presidenta, além de estarmos falando do Orçamento por Programas de 2006, creio que não podemos desvincular este tema de um programa geral da instituição da ALADI pensando em termos práticos e concretos.

Concluindo, Presidenta, considero que seria necessário e gostaria de escutar a opinião de outros colegas, determinar um ponto para a próxima reunião sobre a necessidade de estabelecer um calendário que nos leve às atividades também que concluirão com o Conselho de Ministro. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Embaixador.

Desejaria fazer dois comentários sobre o manifestado pelo senhor, em relação aos remanescentes deste programa do BID e da ALADI, e tenho entendido que estes fundos não foram utilizados. Portanto, estão e não tomamos nenhuma decisão a esse respeito.

Quanto ao Programa de Atividades até a data nossos Altos Funcionários nos solicitaram marcar outra reunião de Altos Funcionários, como diz o relatório para constatar os avanços e dar um novo impulso ao processo de conformação do Espaço de Livre Comércio.

Portanto, deveríamos imediatamente fixar a reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração, na medida em que nossos Grupos tenham prontas as decisões ou os temas específicos que serão tratados.

Considero que já aqui foi suficientemente falado de que uma reunião do Conselho de Ministros sem conteúdo não seria positiva para a ALADI. Portanto, falar, neste momento, de fixar uma reunião do Conselho de Ministros pareceria pouco fácil, sem ter resultados concretos para apresentar aos nossos Ministros. Portanto, sugeriria encerrar nossos Grupos de Trabalho e convocar reuniões de Grupos de Peritos nos temas que corresponda, avançar nos temas que já temos definidos como: acesso a mercados, termos de referência, para o qual poderíamos decidir fazer as consultas necessárias, reunindo os outros dois temas de acumulação de origem e obstáculos técnicos ao comércio.

À luz de tudo isto e, logicamente, dos resultados dos Foros Virtuais poderíamos convocar uma reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração. Depois da Reunião de Cúpula Ibero-Americana, temos um mês e meio para trabalhar, no qual poderíamos concluir nossos trabalhos, pelo menos o que fizemos para este ano e decidir convocar o nosso Conselho de Ministros.

Isso é tudo o que tinha para manifestar-lhes. Tem a palavra a Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigado, senhora Presidenta.

Desejaria compartilhar com os senhores algumas reflexões, mais que pontos concretos. Em primeiro lugar, sobre o ponto 5 "Atividades pendentes do orçamento por programas". Em princípio reagi porque essa Comissão está presidida por mim e realmente não tinha nada particular, não tinha solicitado incluir esse ponto na agenda, para o qual me assegurei e entendi que era o desejo da Presidência do Comitê e da Secretaria apresentar algumas reflexões ao Comitê de Representantes.

Escutando hoje suas reflexões e propostas surgiram-me algumas preocupações que desejo expor. Na passada reunião do Comitê de Representantes apresentei um relatório e tomamos um compromisso, no Comitê, de fazer um esforço conjunto e comum para apresentar o orçamento do ano 2007, com seus correspondentes programas, no mês de setembro, iniciativa especialmente apoiada e pressionada por várias de nossas Delegações acordando que seria um esforço mancomunado que deveria contar com a contribuição dos Grupos de Trabalho, logicamente, das Delegações que estamos coordenando cada um dos Grupos de Trabalho.

Desejaria lembrar isto para definir que orientação a ser adotada. Se a de setembro com nosso programa de trabalhos com vistas a 2002 ou se a de hoje que nos obrigaria a apresentar alguns programas e atividades depois da finalização do ano.

É uma reflexão que apresento aos senhores. Por outro lado, considero positivo debater no Comitê de Representantes e, como estamos fazendo esforços para melhorar, para participar mais ativamente dos temas aqui debatidos e procurar uma metodologia que esteja de acordo e equilibre as necessidades e os pontos de vista dos diferentes países e da própria ALADI, penso que todo o que fazamos deve ir ao encontro de um equilíbrio temático, de um equilíbrio orgânico e de um equilíbrio de interesses dos Estados aqui representados.

Considero sadio fazer essa reflexão, mas não esqueçamos os compromissos adquiridos, porque pelo impulso, às vezes, contradizemo-nos, então, desejaria que ficasse claro qual das duas direções vamos tomar, se setembro de 2006 com uma revisão de programas ou se dezembro de 2006 para começar a projetar os programas de 2007. Essa é minha principal reflexão. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Embaixadora.

Aqui não tenho o compromisso ao que se refere. A Secretaria tampouco o tem. Lamento muito se, de algum modo, fiz uma observação que parecesse contrária. Considero que são complementares, a idéia que está apresentando agora a Presidência é, simplesmente, fazer os trabalhos de todos os dias e concluir com os que temos antes de projetar-nos para o próximo ano, porque ainda devemos concluir vários temas. Essa era a idéia fundamental que, de nenhuma maneira é contrária, mas sim complementar. E este tema foi apresentado pela Secretaria e permiti-me fazer alguns comentários.

Tem a palavra a Embaixadora da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Outro princípio importante é que quando aqui debatemos nossas idéias devemos ter a liberdade para expressar-nos, além de sentirmos que estamos afetando uma ou outra posição.

Cada Grupo se preocupa de seu trabalho e eu me preocupo dos compromissos assumidos aqui que me corresponde coordenar e estive trabalhando de perto com os Delegados Alternos e com a Secretaria-Geral, inclusive os Grupos de Trabalho elaboraram uma comunicação que solicitei à Secretaria para que, por favor, os Grupos de Trabalho fizessem suas contribuições no período fixado a fim cumprir o compromisso de que, o mais tardar, em setembro, isto é, no próximo mês apresentemos a projeção dos programas e atividades da Associação em 2007 com seu correspondente orçamento em parcelas.

O que considero contraditório, não desejo tampouco que o assuma como que não entendesse o espírito do que estamos fazendo, mas estou falando de onde considero que se encontra a dificuldade.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Embaixadora. Fica perfeitamente claro, já me está dizendo aqui o Secretário-Geral que se trata da discussão sobre o Orçamento por Programas, porém, que o tema não é discutido, foi discutido do ponto de vista orçamentário.

Na verdade não estou nos detalhes. Solicito ao nosso Secretário os comentários sobre o particular. Tem a palavra o Secretário-Geral e tenho na minha lista o Brasil e a Argentina.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhora Presidenta. Desejo assinalar muito brevemente que a Secretaria tomou nota, antes desta reunião, do objetivo da Comissão de

Orçamento por Programas de contar como projeto do Programa de Atividades do ano 2007 no decorrer do mês de setembro, ou seja, antecipando-se ao prazo de outubro.

Estamos trabalhando, relevando das duas áreas envolvidas e dos Chefes dos respectivos Departamentos, sua programação para estabelecer aqueles temas que não foram concluídos em 2006 continuarão sendo tratados em 2007, os que se consideram concluídos em 2006 não figurarão no Programa 2007, e quais poderão ingressar como novos temas no Programa de Atividades de 2007. É a primeira precisão que queria fazer.

A segunda precisão está relacionada com o tema dos calendários de trabalho. Para a Secretaria é muito importante ter uma idéia clara do Programa de Atividades dos 4 meses que restam do ano. Nesse sentido, consideramos que em alguns dos temas que hoje estão nos 11 Grupos de Trabalho pode haver um estado de maturidade tal que permita levar para consulta a uma reunião do Grupo de Peritos, quando o tema assim requeira e a maturidade de trabalho interna a torne em uma consulta útil.

Nesse sentido, destaco que a ausência de uma reunião de peritos durante 4 meses, mais os meses de janeiro e de fevereiro, que têm características um pouco peculiares, marcaria uma descontinuidade, praticamente de um semestre em um trabalho da Secretaria que desejaria evitar, ou seja, trabalhando intensamente com seu pessoal para tratar, com o apoio dos Governos uma convocatória de peritos, por exemplo, sobre o tema de certificação digital de origem que teve importantes avanços, o tema de solução de controvérsias que tem atualmente antecedentes muito fortes de trabalhos realizados na ALADI e inclusive consultorias internas que permitiriam, também, realizar uma consulta sobre um tema de tanta sensibilidade no decorrer deste próximo quadrimestre. Creio que seriam contribuições efetivas para o desenvolvimento de temas que estão em curso, que talvez no se possa chegar, ainda, a conclusões finais, mas devem ser apoiados para que possam continuar.

Não vou referir-me, porque é um tema que escapa notoriamente à competência da Secretaria, à questão do calendário dos órgãos políticos do ano 2007, que é matéria de competência do Comitê. Somente desejo assinalar que normalmente sempre houve uma etapa preparatória significativa antes das reuniões do Conselho de Ministros.

Nesse sentido, como reflexão, simplesmente e sem marcar, de maneira alguma uma linha, mas simplesmente uma idéia ou uma aproximação, diria que estamos neste momento no espaço técnico, estamos localizados no espaço técnico e devemos aprofundar ao máximo nosso trabalho nesse espaço técnico, em relação aos temas em discussão. E deveríamos observar, a nosso entender, o ano 2007 como um espaço no qual pudéssemos passar do espaço técnico ao político de forma progressiva, imaginando, por exemplo, uma reunião, na metade do ano, de Vice-Ministros das áreas relacionadas com integração e, finalmente, no último trimestre do ano um Conselho de Ministros que, por um lado, adotaria decisões sobre o processo de construção progressiva do ELC e seria também órgão eleitor.

Essa era um pouco, imaginariamente, a idéia que estávamos pensando na Secretaria e em consulta permanente com os Subsecretários, mas, reitero, isso era apenas uma incursão em uma área onde a advertência que nos fizeram sobre a necessidade de fixar as datas com bastante antecipação é um argumento forte, prático, pragmático, que não podíamos deixar de atender.

Isso era o que queria deixar registrado neste momento e quanto ao compromisso, reitero, a Secretaria tinha entendido isso depois da intervenção da senhora Representante da Colômbia, no sentido de que tínhamos esse compromisso interno de avançar nos

trabalhos do Orçamento e isso é o que estamos fazendo. Obrigado, e peço desculpas por estender-me tanto.

PRESIDENTA. Obrigado, Secretário. Isto nos esclarece muitos aspectos neste intercâmbio de idéias que estamos efetuando. Portanto, creio que estamos cumprindo com os prazos estabelecidos pela Comissão de Orçamento por Programas que nos solicita que, no mais tardar, em setembro tenhamos resultados.

Nesse sentido, solicitaria aos Grupos de trabalho, aos Foros Virtuais, ao Grupo de Trabalho de Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo, com seu programa de ação ter resultados para o mês de setembro.

Isso seria muito positivo para projetar o Orçamento do próximo ano. Teríamos idéia do que se poderia fazer no próximo ano e sugeriria que tratássemos de tomar uma decisão sobre os recursos, contratação de consultorias, que devemos fazer nos temas que já estão prontos para a elaboração de um documento como o apresentado pelos Alternos, a aplicação de acumulação de origem, o Acordo de Obstáculos Técnicos ao Comércio. Estas três coisas unidas aos resultados dos Foros Virtuais e dos Grupos de Trabalho, Forças Produtivas, etc., darão à luz nosso trabalho para 2007.

Portanto, creio que estamos na mesma sintonia. Tem a palavra o Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, Presidenta.

Em primeiro lugar, queria agradecer a apresentação deste levantamento de temas pendentes, porque pode ser útil para planejar nossas atividades pelo período que nos resta do ano 2006.

Creio que há, pelo que entendi, duas tarefas que são, embora algo diferentes, uma a questão de elaboração do Orçamento por Programas para o ano 2007. Estamos de acordo em que se deve começar o mais cedo possível, para concluirmos este trabalho em setembro, mas creio que o que se tem mencionado poderia ajudar à preparação deste orçamento, na medida em que saibamos ou tomemos uma definição sobre os temas que podemos concluir este ano e os que consideramos que devem passar para o ano próximo.

Então, é um trabalho muito coordenado com a Presidência da Comissão de Orçamento por Programas. Consideramos que seria útil, senhora Presidenta, se pudéssemos ter, mais ou menos, a informação que nos deu verbalmente nesta sessão e talvez complementada por algo da Secretaria, sobre os temas pendentes de decisão, digo, temas que já estão inscritos em nossa agenda em termos gerais, mas que dependem, ainda, de decisões, seja do Comitê, seja de Grupos específicos, por exemplo, o mencionado pelo Senhor Representante da Argentina, o tema de definir objetivos, termos de referência, etc., para os estudos a serem contratados com o BID, é um tema sobre o qual falamos há alguns meses e não voltou para nossa consideração.

Creio que seria bom ter, embora seja uma lista do que se poderia fazer, para decidir se vamos fazê-lo este ano ou se passamos esses temas para o Orçamento 2007.

Queria acrescentar um tema de grande interesse e preocupação da Presidência, que creio já é o momento de começar a tratá-lo, a questão da solução, no longo prazo, do financiamento da Associação. Está em uma das decisões adotadas pelos Ministros e é verdade que entendo que ainda não o tratamos a fundo, foi mencionado e esclareço, não

estou falando do tema de endividamento, das dívidas pendentes, mas sim a questão de desenhar um sistema de longo prazo para financiamento da Associação. Creio que em algum momento, ainda este ano, poderíamos começar a intercambiar idéias. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Embaixador. Sim, seria interessante elaborar, então, um documento. A Presidência promoverá a elaboração de um documento onde constem todas as idéias um pouco mais claras, com informação adicional e pontual que nos forneça a Secretaria.

Também o tema que nos lembra o Embaixador do Brasil de financiamento da Organização é fundamental, é um tema com o qual não podemos chegar a um Conselho de Ministros sem resolver, isso é fundamental. Houve uma proposta de um consultor de fazer algum tipo de desenho para solucionar este problema. Além disso, creio que aqui ademais de refletir como nos manifestou o Embaixador do Brasil, é fundamental que o reflitamos entre nós se necessitamos, algum tipo de experiência para encontrar o desenho de uma proposta.

Temos na lista o Embaixador da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidência.

A verdade é que tudo o que pensava dizer já foi dito pelo Embaixador do Brasil no sentido de que no ano passado encerramos o orçamento correspondente ao ano em curso já quase chegando a Natal. Isto nos levou, como lembramos, a cometer erros. Tivemos que retificar, etc., de forma tal que apoiei a iniciativa da Coordenadora da Comissão de Orçamento por Programas, no sentido de que este ano trabalhemos de forma diferente. Para isso devemos, obviamente, finalizar ou ter discutido as bases gerais do projeto de Orçamento durante o mês de setembro.

Insisto novamente, senhora Presidenta, é muito difícil fazer o projeto de Orçamento de 2007, se não fixamos um cronograma de atividades, que necessariamente conclui com o Conselho de Ministros do próximo ano. Além disso, é imprescindível revisar o cronograma porque, como manifestou o Secretário, não somente é a máxima autoridade, mas também será o órgão eleitor.

Entendo a preocupação da Presidência quando diz que não é positivo reunir um Conselho de Ministros sem ter a temática e sem saber os temas a serem tratados nesse Conselho. Primeiro, creio que seria conveniente trabalhar sobre os pontos necessários, como corresponde a este Comitê, no que resta do ano mais os meses iniciais do ano 2007, para garantir que o Conselho de Ministros de 2007 seja bem sucedido como o anterior.

Creio que seria uma política incorreta não fixar a data porque consideramos que não vamos ter bons resultados para essa data, Presidente. Sei que a senhora é otimista e quase todos nós também, portanto, devemos pensar que para o Conselho de Ministros teremos uma enorme quantidade de resultados para oferecer. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Embaixador. Creio que estamos, praticamente, definindo agora a agenda deste ano e à luz destes resultados podemos discutir. Temos vários meses.

Necessitamos um documento elaborado pela Secretaria, contendo todas as decisões que devemos tomar, onde constem os temas dos quais já falamos., Para acesso a mercados os Alternos nos entregaram um documento. Deve constar também os temas dos

Foros Virtuais no Programa de Atividades. Este documento deve estar pronto, no mais tardar, em setembro como solicitou a Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas.

Sugeriria que a reunião de Alto Nível se realizasse em novembro, para dar mais tempo, porque a reunião Ibero-Americana se realiza em 4 e 5 de novembro. Portanto, temos praticamente todo o mês de novembro e dezembro para que se iniciem as férias. Solicitaria consultar a seus governos para realizar a reunião de Responsáveis pelas Políticas de Integração em meados de novembro. Solicitarei à Secretaria fazer uma indagação sobre as outras reuniões que paralelamente se realizam.

Devemos tratar também o tema de financiamento. Deve ser proposto para saber de que forma, com um consultor ou com um Grupo de Peritos ou com a ajuda de nosso Conselho de Assuntos Financeiros, que me estão informando que não se encarrega desse tema, creio que temos já um programa até finalizar o ano e até setembro teremos a possibilidade de elaborar um calendário para 2007, já com todos os elementos.

Tem a palavra nosso Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhora Presidenta. Os senhores Representantes apresentaram temas realmente importantes. Desejo, simplesmente, dedicar-me a um deles para não falar de forma prematura de alguns outros temas que requererão à Secretaria um trabalho de levantamento mais específico, mas desejo assinalar, em relação ao tema financiamento, apresentado pela Delegação do Brasil, pelo senhor Representante do Brasil, que este é um tema de preocupação que compartilhamos com a senhora Presidenta, praticamente durante todo ano e diria que foi um tema de especial importância para a Secretaria.

Desejo assinalar que realizamos, fundamentalmente, gestões individuais. Como em algum momento expressei, entendia que esse era um tema que devia ser tratado, de forma direta, a Secretaria com cada um dos países-membros e desejo que acreditem, senhores Representantes, que esta gestão produziu, a meu juízo, seus frutos porque poderia lhes dizer, neste instante, que o orçamento de 2006 está totalmente coberto, janeiro de 2007 também e parcialmente fevereiro de 2007 com os fundos existentes até o dia de hoje. Portanto, temos uma situação, talvez, menos comprometida do que outros períodos não muito distantes..

Devo dizer, também, que nessa política de financiamento ou como parte dela, foi levado em consideração as dívidas ao Fundo de Previdência. Em 1º de janeiro e em 31 de agosto de 2006 foi depositada a quantia de US\$ 243.759, ou seja, que pagamos quase um quarto milhão de dólares ao Fundo de Previdência das contribuições regulares dos países-membros. Isso responde a uma política, digamos, de destinação de recursos no qual esse débito não seja desconsiderado em relação à execução da despesa regular, mas que seja parte da aplicação destes fundos. Simplesmente como exemplo e sem pretender com isso assinalar que isto marca, de forma sistemática, uma política, é notório que há uma orientação na execução da despesa e, portanto, isso faz parte também de uma olhada geral ao orçamento da Associação e sua execução. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigado. Tem a palavra o Embaixador do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, senhora Presidenta.

Queria agradecer a informação do Senhor Secretário-Geral e dizer simplesmente que minha Delegação está muito ciente dos esforços que o senhor Secretário-Geral tem desenvolvido para obter o pagamento das quotas que todos devemos a esta Organização.

Desejo insistir que não me referia ao problema do pagamento das quotas, mas a um tema mais amplo de longo prazo, para ver como podemos solucionar a situação. A idéia é solucionar, de forma permanente, a questão do financiamento da Organização. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito agradeço ao Embaixador do Brasil por sua precisão. No sei se há alguma outra Delegação que deseje fazer comentários a esse respeito. Creio que foi um ponto muito produtivo.

Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidenta. Somente queria enfatizar em um ponto que tem a ver com os Fundos do BID para os estudos projetados.

Creio que entre os relatórios que necessitaríamos, embora seja muito brevemente, seria importante contar com a situação na qual se encontra a relação com estes fundos oferecidos pelo BID para alguns trabalhos, porque tenho entendido que foram apresentados alguns projetos que ainda o BID não aprovou. Portanto, considero que deveríamos ter uma informação atualizada dos projetos apresentados, os montantes que correspondiam, quais desses estão pendentes de aprovação e ter, então, idéia dos saldos que eventualmente estariam disponíveis para outros tipos de consultorias, além de compartilhar e agradecer os relatórios da Presidência e da Secretaria sobre os diferentes temas e o calendário de atividades que está sendo desenvolvido.

Estamos em um bom momento, creio que podemos esclarecer as preocupações da senhora Representante da Colômbia e que poderemos elaborar um bom calendário de atividades e um bom Conselho de Ministros para o próximo ano.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Embaixador. Creio muito pertinente porque tinha entendido que não comprometemos estes fundos, mas é positivo ter um detalhe sobre o particular, porque é importante saber com que contamos para realizar nossos trabalhos.

## 6. Assuntos diversos

...Não havendo outros comentários passamos ao tema Assuntos diversos.

Tem a palavra o senhor Representante do Peru.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Obrigado, Presidenta. Para manter adequadamente informados todos meus colegas, desejaria manifestar dois aspectos muito específicos no que se refere ao Peru.

O primeiro refere-se ao fato do retorno de meu país ao Grupo dos 20, estando prevista sua formalização, no Rio de Janeiro, entre os dias 9 e 10 do próximo mês de setembro.

E depois ao fato de que o Peru e o Chile aprofundaram o ACE 38 de maneira muito significativa e este aprofundamento se realizará, em breve, na ALADI. Isso era essencialmente o que queria manifestar, senhora Presidenta, e agradeço sua gentileza.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Embaixador. Desejaria dar a palavra à Representação do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigado, Presidenta.

Ao mesmo tempo, desejaríamos referir-nos ao manifestado pelo Secretário-Geral na última sessão sobre o Seminário de Serviços realizado aqui na sede da Associação.

Ele falou da apresentação de um relatório e nós desejaríamos, senhora presidenta, que esse relatório fosse objeto de análise por parte do Comitê, ou seja, que falou da apresentação de um relatório e nós desejaríamos, senhora Presidenta, que esse relatório fosse analisado pelo Comitê, ou seja, que fizéssemos os comentários correspondentes, já que quando se falou do seminário todo mundo esteve de acordo na importância do evento. Portanto, desejaríamos, quando seja apresentado o relatório, fazer uma análise para determinar como poderíamos continuar trabalhando nas atividades de serviços, apoiados com o Seminário que creio que tinha esse objetivo, introduzir este tema na agenda da Associação. Muito obrigado, senhora Presidenta.

PRESIDENTA. Agradeço muito. Efetivamente, o Secretário nos ofereceu um relatório e tem novamente a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhora Presidenta.

Tinha solicitado a palavra para referir-me a outro ponto, mas vou aproveitar a oportunidade para referir-me, também ao que acaba de ser proposto. O relatório foi enviado já por nota às Representações, de maneira que deveria entender que a proposta feita pela Delegação do México é a inclusão desse tema para sua consideração pelo Comitê. Significa que a Secretaria-Geral cumpriu as regras.

Sobre outros temas desejo referir-me a Assuntos diversos. Se me permite, Senhora Presidenta, muito brevemente, desejo informar que de acordo ao convite oportunamente recebido, participei, nos dias 15 e 16 de agosto, da Reunião do Conselho do MERCOSUL, pela celebração do Dia da Exportação da Câmara de Exportadores da República Argentina, Nessa reunião fizemos uma exposição "Os novos desafios da ALADI" publicado na página web da Secretaria-Geral da ALADI.

Também nessa oportunidade tivemos uma reunião de trabalho com vistas à construção do pilar acadêmico na sede de pos-graduações, em 14 de agosto, da Universidade Nacional "3 de Febrero", Centro Borges, Buenos Aires, com a coordenação do Professor Félix Peña, onde fizemos uma ampla consideração da situação em que se encontra a integração regional. Em relação aos convites recebidos, devo informar que recebi um convite, como já oportunamente informei, da União Industrial para a comemoração dos 70 anos em Assunção, Paraguai, em 4 de setembro próximo, ou seja a próxima semana. Viajarei no dia 4 e ficarei até a manhã do dia 5, voltando para Montevideú. Era o que queria informar.

Se me permite, desejo acrescentar algo que me parece importante para as Delegações, sobre a Nota 282/06, de 18 de agosto de 2006, relacionada com a apresentação de candidaturas para a integração do Tribunal Administrativo. Reitero isto porque até o momento foi recebida a notificação de alguns candidatos de alguns países, mas não é um número demasiado importante.

De maneira que a Secretaria está pendente das respostas. Simplesmente faço lembrar isso aos senhores.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Secretário-Geral. Portanto, incorporáramos, na seguinte sessão do Comitê, o tema do Seminário sobre Serviços para sua consideração. O Secretário-Geral nos informa que já distribuiu o documento. Portanto, as Delegações poderão estar preparadas para fazer um intercâmbio, uma reflexão sobre este tema.

Não havendo observações consideraria encerrada a sessão. Quanto à próxima sessão talvez seria conveniente, se os senhores e o Embaixador do Peru estiverem de acordo, deixar uma semana para preparar toda a documentação e enviá-la com antecipação para que as Delegações estejam bem preparadas para refletir sobre o tema e para um intercâmbio de idéias

Encerra-se a sessão.

---